

Interseccionalidade gênero-raça-classe na formação de profissionais de saúde na UFBA, Brasil

Gender-race-class intersectionality in the training of health professionals at UFBA, Brazil

Interseccionalidad género-raza-clase en la formación de profesionales de salud en la UFBA, Brasil

Renata Meira Veras (<https://orcid.org/0000-0002-1681-1401>)¹

Ráren Paulo da Silva Araújo (<https://orcid.org/0009-0008-3469-916X>)²

Vitória Batista Calmon de Passos (<https://orcid.org/0000-0002-2693-3517>)³

Mônica Lima de Jesus (<https://orcid.org/0000-0002-6666-8463>)⁴

Cristina Goenechea Permisán (<https://orcid.org/0000-0001-6890-3431>)⁵

Maricelly Gómez Vargas (<https://orcid.org/0000-0002-2389-7821>)⁶

Resumo Este artigo teve como objetivo identificar e analisar a presença/ausência dos marcadores sociais de gênero, raça e classe nas ementas de curso da área de saúde oferecidos em dois campi da Universidade Federal da Bahia (UFBA), vigentes em 2024. Nos 22 cursos analisados identificamos 1090 disciplinas obrigatórias, em acesso livre. No entanto, apenas 3,4% das ementas faziam menção aos termos e conteúdos em torno dos referidos marcadores e compuseram a amostra analisada. Utilizamos a análise documental e submetemos as ementas à análise de classificação hierárquica descendentes do Software Iramuteq. Adotamos a noção de interseccionalidade gênero-raça-classe como marco teórico. Identificamos seis diferentes classes, apresentadas em um dendrograma. A maioria dos cursos de saúde na UFBA ainda não inseriu em seus currículos a discussão dos principais marcadores sociais de forma direta, ou mesmo indireta, apenas alguns já enfrentam diferencialmente discussões que os problematizam como constituintes para a compreensão da saúde e que refletem na formação profissional. Tal constatação sugere a revisão criteriosa e urgente das matrizes curriculares.

Palavras-chave Currículo, Interseccionalidade, Formação em Saúde, Universidade

Abstract The aim of this article was to identify and analyze the presence/absence of social markers of gender, race and class in the syllabuses of health courses offered at two campuses of Universidade Federal da Bahia, in force in 2024. In the 22 courses analyzed, we identified 1,090 compulsory, open-access subjects. However, only 3.4% of the syllabuses mentioned the terms and content surrounding these markers and made up the analyzed sample. We used document analysis and submitted the syllabuses to the descending hierarchical classification analysis of the Iramuteq software. We adopted the notion of gender-race-class intersectionality as a theoretical framework. We identified six different classes, presented in a dendrogram. The majority of health courses at UFBA have not yet included the discussion of the main social markers in their curricula in a direct or even indirect way. Only a few have already faced differential discussions that problematize them as constituents for understanding health and which are reflected in professional training. This suggests a careful and urgent review of the curricula.

Key words Curriculum, Intersectionality, Health Education, University

Resumen Este artículo tuvo como objetivo identificar y analizar la presencia/ausencia de marcadores sociales de género, raza y clase en los planes de estudio de las carreras de salud ofrecidas en dos campus de la Universidad Federal de Bahía, vigentes en 2024. En los 22 programas analizados, identificamos 1.090 asignaturas obligatorias de libre acceso. Sin embargo, sólo el 3,4% de los planes de estudio mencionaron los términos y contenidos en torno a los marcadores antes mencionados y constituyeron la muestra analizada. Utilizamos el análisis documental y sometemos los planes a un análisis de clasificación jerárquica utilizando el software Iramuteq. Adoptamos la noción de interseccionalidad género-raza-clase como marco teórico. Identificamos seis clases diferentes, presentadas en un dendrograma. La mayoría de los programas de salud de la UFBA aún no han incluido en sus planes de estudio la discusión de los principales marcadores sociales directa o indirectamente, sólo unos pocos ya enfrentan de manera diferencial discusiones que los problematizan como constituyentes de la comprensión de la salud y que se reflejan en la formación profesional. Este hallazgo sugiere una revisión cuidadosa y urgente de las matrices curriculares.

Palabras clave Currículo, Interseccionalidad, Formación en Salud, Universidad

¹ Instituto de Humanidades Artes, Ciências e Humanidades, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Av. Milton Santos s/n, PAF III Ondina. 40170-110 Salvador BA Brasil. renatameiraveras@gmail.com

² Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, Faculdade de Medicina da Bahia, UFBA. Salvador BA Brasil.

³ Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, Faculdade de Farmácia, UFBA. Salvador BA Brasil.

⁴ Departamento de Saúde Coletiva, Instituto de Psicologia, UFBA. Salvador BA Brasil.

⁵ Departamento de Educação, Facultad de Ciencias de la Educación, Universidade de Cádiz. Cádiz Andaluzia Espanha.

⁶ Departamento de Psicologia e Saúde, Instituto de Psicologia, UFBA. Salvador BA Brasil.

Introdução

Os marcadores sociais são considerados fatores estruturantes na sociedade de modo que interferem nos desfechos de saúde, doença, morbidade e mortalidade da população em geral uma vez que a desigualdade social é demarcada pela raça, gênero, etnia e condição social no modo de produção capitalista^{1,2}. Como inflexão da desigualdade social, possibilitada e perpetuada pelos marcadores sociais na sociedade, situamos o preconceito como uma das causas principais (e mais preocupantes) para as iniquidades no acesso aos serviços de saúde^{3,4}. Além de lidar com a invisibilização das doenças mais frequentes dos negros e indígenas, a não inclusão da discussão racial, de gênero e de classe nos aparelhos de formação, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, a qualidade da atenção à saúde, o acesso diferenciado aos insumos, determinam causas significativas, muitas vezes evitáveis, nos perfis diferenciados de adoecimento e morte entre brancos e não brancos, assim como entre pobres e ricos⁵.

É nessa perspectiva que conceituamos o cuidado em saúde como expressão última e fundamental da prática profissional na área da saúde, já que tem papel fundamental para contribuir para a redução ou agravamento da desigualdade nos serviços de saúde. Atualmente são inúmeras e bem-vindas as referências que advogam por uma prática profissional competente para lidar com exigências e provações emocionais inerentes à condição étnica, racial e de gênero das pessoas^{6,7}. Existem diferentes maneiras de contribuir para o combate ao preconceito, à discriminação racial e de gênero e ao racismo estrutural e para a promoção da igualdade racial no Brasil. A educação, a cultura e a ciência têm papel fundamental na construção de um mundo mais igualitário, sendo as universidades nesse processo um elemento chave, em especial pelo seu potencial na elaboração de propostas de políticas públicas de ação afirmativa, como também por ser considerada um *locus* importante onde as práticas sociais são construídas. Neste sentido, os currículos representam a expressão do equilíbrio de interesses e forças que engendram o sistema educativo em um determinado tempo histórico, por isso ele está carregado de valores e pressupostos que devem ser decifrados e analisados⁸.

Ciente desta situação, desde a década de 1990, os Movimentos Negros lutam em prol do reconhecimento da diversidade étnico-racial e do direito à educação com equidade. Es-

tes movimentos destacam a necessidade de se criar dispositivos educacionais voltados para a efetivação da justiça social e de ações afirmativas que possibilitem a superação das desigualdades étnico-raciais, de gênero, educacionais, entre outras, às pessoas marcadas pelo racismo⁹. Para garantir o acesso à Universidade a estudantes em situação de vulnerabilidade, podem ser tomadas medidas como a reserva de vagas em cursos universitários ou bolsas de estudo. Contudo, essas medidas não parecem ser suficientes se partirmos da ideia de que “acessar e incluir não significa necessariamente abordar processos e pluralidades a partir dos princípios de igualdade, equidade e qualidade”¹⁰. Gairín e Suárez¹¹ destacam entre as principais barreiras ao sucesso e permanência deste corpo discente a persistência de estereótipos e práticas discriminatórias, que para estes autores são as que afetam mais diretamente os alunos pertencentes a povos indígenas ou afrodescendentes. Este é um condicionamento que transversaliza a experiência do estudante na universidade. A necessidade de reconhecimento por parte da Universidade da diversidade cultural presente nas sociedades levou à exigência de um currículo mais plural no ensino superior, que hoje é partilhado por diferentes grupos minoritários que apelam à descolonização da academia e ao fim do privilégio branco nesta área^{12,13}.

Há iniciativas para superação dessa problemática em vários países e continentes. Percebemos avanços no campo das políticas públicas brasileiras conquistados com estes movimentos, como alteração na Lei nº 9.394/1996, responsável pelo estabelecimento de diretrizes e bases da educação nacional, que passa a incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira por meio da Lei nº 10.693/2003. Posteriormente, a publicação da Lei nº 11.645/2008 acrescentou à primeira as temáticas de história e cultura da população indígena. Outro destaque no esteio das políticas educacionais foram as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em 2004 (Resolução CNE/CP nº 01, 2004), as DCN para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 5, 2012) e as DCN para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio (Resolução CNE/CP nº 1, 2015). Ademais, é oportuno destacar a Lei nº 12.228/2010 que instituiu como função do Poder Executivo Federal o incentivo às instituições de ensino superior a

incorporar temas como pluralidade étnica e cultural da sociedade brasileira nos currículos dos cursos de educação superior no Brasil¹⁴.

A fim de se adequar a estas leis, a Universidade Federal da Bahia publicou a Resolução nº 04, de 31 de maio de 2023 que estabelece normas para implementação das DCN referentes à Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, Educação em Direitos Humanos e Educação Ambiental nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) de graduação da UFBA, em consonância com as Resoluções do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno nº 01/2004, nº 01/2012 e nº 02/2012. Sendo assim, passou a ser obrigatório, a partir de 2023, a presença da discussão étnico-racial, de saúde ambiental e direitos humanos em todos os cursos de graduação.

Relacionar o cuidado em saúde com o processo formativo tensiona o processo de educar olhares aguçados em relação aos problemas de saúde enfrentados pela população; provocar espaços de reflexão para levantar questões e soluções para os desafios do cuidado em saúde; e estimular processos criadores, em meio a aspectos técnicos e científicos relativos a esta área do conhecimento.

Logo, no sentido de desvelar as complexidades dos marcadores sociais (raça, gênero e classe) no processo de formação em saúde, identificar lacunas e inspirar ações transformadoras que promovam a equidade e a diversidade na formação acadêmica e profissional, questionamos: como a Universidade Federal da Bahia (UFBA) tem abordado os marcadores sociais de gênero, raça e classe nas ementas de seus cursos da área de Saúde?

Para esta pesquisa, cabe valer-se do conceito de Interseccionalidade que segundo Akotirene¹⁵ “visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado”. Sendo assim, partimos do pressuposto de que a influência dos marcadores sociais raça, gênero e classe na formação dos profissionais de saúde precisa ser compreendida de maneira conjunta e interseccional. O conceito de interseccionalidade representa uma perspectiva fértil para a análise das relações de poder que produzem desigualdades e opressões, promovendo uma investigação crítica que questione as práticas educativas e as intervenções políticas, incapazes de responder a realidades não hegemônicas¹⁶.

Metodologia

Este estudo documental de natureza exploratória e abordagem qualitativa apresenta os resultados obtidos ao analisarmos 1.090 componentes curriculares obrigatórios dos 22 cursos da área de Saúde da Universidade Federal da Bahia (UFBA), nos *campis* de Salvador e Vitória da Conquista. O objetivo principal foi identificar a abordagem dos marcadores sociais de gênero, classe e raça nas ementas desses cursos. Dos componentes curriculares analisados, tais abordagens foram identificadas em apenas em 37 ementas, que correspondem a 3,4% do total analisado. Os documentos utilizados como fontes de dados nesta análise estão disponíveis para consulta pública nos sites oficiais das instituições.

Pimentel¹⁷ explica que a análise documental consiste num tipo de estudo que tem documentos como material primordial e extraem deles a análise através de sua organização e interpretação, de acordo com os objetivos da investigação em curso. A partir disso, Kripka *et al.*¹⁸ complementam ao apontar que o desafio deste método está na capacidade do/a pesquisador/a de selecionar, tratar e interpretar a informação, porque é justamente através da compreensão da interação com sua fonte primária de dados que ele consegue alcançar resultados significativos.

Nesse sentido, cabe destacar que a análise documental está relacionada à abordagem qualitativa de Sousa *et al.*¹⁹ e esta, por sua vez, foi bastante pertinente na presente investigação, tendo em vista que a pesquisa qualitativa “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”²⁰. Dessa maneira, sob esse olhar, acreditamos que seria possível interpretar quais as principais temáticas referentes às questões étnico-raciais, de gênero e de classe, nos currículos implementados e, o que a presença (ou a ausência) delas significa. Isto, com o suporte do software, e com uma consistente abordagem teórica em torno da noção de interseccionalidade.

Estudos exploratórios buscam proporcionar uma visão geral a respeito de um determinado fato²¹. Estes normalmente são desenvolvidos quando há pouco conhecimento sobre o assunto de interesse e, a partir disso, objetiva-se conhecer a temática com maior profundidade, de maneira que se torne mais evidente ou permita a construção de questionamentos relevantes para o desenrolar da pesquisa²². Então, optamos por este delineamento considerando a escassez de estudos que tenham se debruçado sobre essa investigação nos currículos dos cursos de saúde.

O Iramuteq (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) utilizado como apoio à análise de dados nesta pesquisa, consiste em um *software* gratuito, de código fonte aberto, desenvolvido na linguagem de programação Python e que utiliza o *Software R* para análises estatísticas de dados textuais²³. Através dele, é possível executar análises estatísticas mais simples, até análises multivariadas. Dentre suas possibilidades estão as Estatísticas textuais, a Análise Fatorial de Correspondência (AFC), a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), Análise de Similitude e a Nuvem de Palavras^{19,24}.

Nesta investigação, como suporte à análise documental, e com o intuito de expor os resultados de maneira sistemática, optamos pelo uso da CHD. Nesse tipo de análise, o *software* executa a análise lexical do *corpus* textual e realiza sua partição em classes hierárquicas, que são identificadas pelo programa a partir dos segmentos de textos que compartilham vocabulário semelhante entre si e diferente dos segmentos das outras classes, o que facilita que o/a pesquisador/a conheça seu teor^{19,23,24}.

O resultado dessa classificação é apresentado em formato de um dendrograma, no qual as palavras mais representativas de cada classe são evidenciadas e o tamanho da fonte e ordem das palavras são proporcionais à sua hierarquia dentro da classe. Essa disposição hierárquica dos termos no dendrograma se dá de acordo com sua importância no conjunto e ocorre em ordem decrescente do valor do qui-quadrado, reflete a força da ligação da palavra com a classe. Isso é descrito pelo p-valor que expressa o nível de confiança associado ao qui-quadrado, que indica o nível de significância da associação do segmento de texto contendo a palavra com a classe^{23,24}. Se $p < 0,05$, há evidência significativa da correlação de uma palavra ou variável com uma classe, bem como $p < 0,001$, descreve uma evidência extremamente significativa de tal correlação.

Resultados e discussão

Este estudo analisou 1090 ementas de 22 cursos de graduação em saúde da UFBA, examinando a presença de conteúdos relacionados aos marcadores sociais de gênero, classe e raça (Tabela 1).

Notamos que cursos como Farmácia (diurno e noturno), Licenciatura em Ciências Naturais, Medicina Veterinária e Zootecnia, todos localizados no campus Salvador, não contemplam tais

Tabela 1. Cursos de Saúde da UFBA por campus e presença direta e/ou indireta de marcadores sociais em ementas de disciplinas obrigatórias, 2024.

Cursos por campus/ marcadores sociais	Gênero	Raça	Classe social
Campus Salvador			
Lic. Cien. Naturais			
Med. Veterinária			
Zootecnia			
Farmácia Diurno			
Farmácia Noturno			
Biotecnologia		x	
Enfermagem	x	x	X
Fisioterapia			X
Gastronomia			X
Ciências Biológicas Diurno			X
Ciências Biológicas Noturno			X
Medicina	x		X
Nutrição	x	x	X
Saúde Coletiva	x	x	X
Fonoaudiologia			X
Odontologia	x	x	X
Terapia Ocupacional	x	x	X
Campus Vitória da Conquista			
Ciências Biológicas	x	x	X
Enfermagem	x	x	X
Fonoaudiologia		x	
Medicina	x	x	
Nutrição	x	x	X

Fonte: Autores.

temas em suas ementas obrigatórias. Entretanto, os demais cursos abordam, de forma direta ou indireta, pelo menos um desses marcadores em disciplinas específicas.

Vale ressaltar que no escopo deste estudo uma abordagem direta significa a inclusão explícita de conteúdos relacionados aos marcadores sociais de gênero, classe e raça nas ementas das disciplinas. Em contrapartida, uma abordagem indireta sugere que tais temas são abordados de forma implícita, seja por meio de discussões sobre determinantes sociais de saúde, políticas públicas ou em contextos interdisciplinares que tangenciam essas questões. Nesse cenário, a análise CHD (Classificação Hierárquica Descendente) conduzida pelo *software* Iramuteq foi essencial, pois permitiu a identificação de padrões temáticos nas ementas. Por meio das classes de palavras resultantes, é possível com-

preender como esses marcadores sociais são representados, direta ou indiretamente. A Figura 1, apresenta o dendrograma gerado na análise com o *software*.

Os 37 textos, correspondentes a cada uma das ementas analisadas, compuseram o corpus textual submetido ao *software*. A partir disto, o Iramuteq gerou 49 segmentos de texto (ST), dos quais 29 foram aproveitados na classificação hierárquica descendente produzida, correspondendo a 78,38%. Da análise emergiram 4.567 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), das quais 1.296 eram palavras distintas e 627 com ocorrência única. O conteúdo analisado deu origem a seis classes: Classe 1, com 4 ST (13,79%), Classe 2, com 5 ST (17,24%), Classe 3, com 4 ST (13,79%), Classe 4, com 5 ST (17,24%), Classe 5, com 5 ST (17,24%), Classe 6, com 6 ST (20,69%), como apresentado no dendrograma (Figura 1).

A formação de seis classes terminais indica que ocorreram cinco partições na construção do dendrograma. A primeira delas, dividiu o corpus em dois blocos distintos, a segunda, ocorreu no bloco à esquerda e deu origem a Classe 1, a terceira, por sua vez, separou as classes 2 e 6. Na quarta partição, já no bloco à direita, separou-se a classe 5 e por fim, na quinta partição, dividiram-se as classes 3 e 4.

Na interpretação do dendrograma é preciso compreender que as classes que se reúnem num mesmo bloco têm maior proximidade de vocabulário entre si e quanto mais agregadas nos ramos de um bloco, maior é essa similaridade. Ao mesmo tempo, numa partição, quando uma classe se separa das demais, indica que existe unidade naquele conjunto de segmentos de texto que a compõem de forma a constituir um sentido único e distinto dos demais segmentos analisados. Isso revela que as classes 1, 2 e 6 e as classes 5, 4 e 3 tem grande similaridade entre si. No entanto, existe ainda mais proximidade entre as classes 2 e 6 e entre as classes 3 e 4.

A análise dos resultados obtidos neste estudo demanda uma compreensão aprofundada dos conceitos de gênero, raça e classe, fundamentais para uma reflexão sobre as disparidades sociais presentes no ensino superior, especialmente nos cursos voltados para a área da saúde. Por este motivo, entendemos gênero segundo Scott²⁵: como uma construção social que permeia as identidades individuais e as relações de poder na sociedade, influenciando diretamente as oportunidades e os desafios enfrentados por homens, mulheres e outras identidades de gênero. Já a raça, conforme discutido por Hall²⁶, é

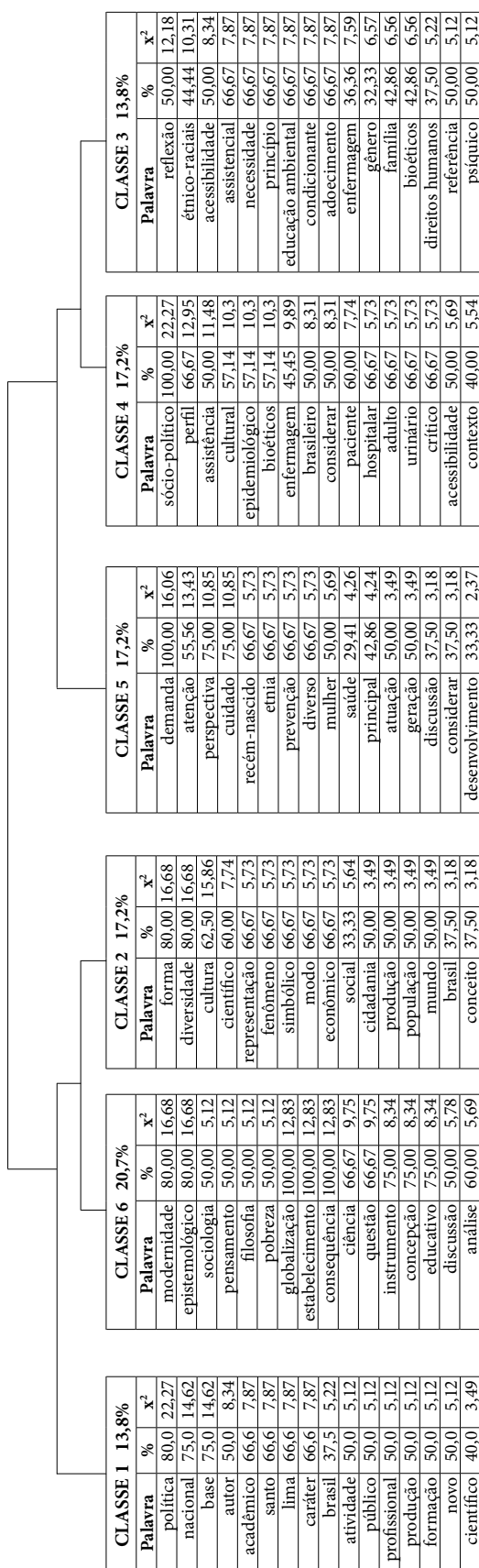


Figura 1. Classificação hierárquica descendente do corpus textual criado a partir das ementas sobre conteúdos étnico-raciais, de gênero e de classe dos cursos de graduação em saúde da UFBA, 2024.

Fonte: Autores, com suporte do *software* Iramuteq.

uma categoria socialmente construída que reflete as estruturas de poder e privilégio operantes em uma determinada sociedade, evidenciando-se nas interações sociais e institucionais. Por fim, a classe social representa a posição relativa de um indivíduo na estrutura socioeconômica, determinando seu acesso a recursos e demais oportunidades²⁷.

Classe 1 (13,8%): Esta classe evidenciou discussões que exploram a interseção entre classe e gênero, especialmente no contexto das políticas de saúde. O curso de Medicina no campus de Vitória da Conquista se destaca por sua forte associação com essa abordagem ($p < 0,0237$), apresentando em seu corpo textual literatura objetiva sobre como as desigualdades de classe e gênero impactam a saúde individual e coletiva. Isso sugere que o curso oferece uma formação que vai além do conhecimento técnico, promovendo uma compreensão crítica das condições sociais que influenciam a saúde pública no Brasil.

Em contraste, as ementas dos cursos de Enfermagem e Ciências Biológicas no campus Salvador revelam uma abordagem mais indireta dessas questões ($p < 0,0406$). Embora os temas de classe e gênero não sejam discutidos de forma explícita, eles são integrados em outras temáticas, como práticas de cuidado, bioética e saúde coletiva.

Classe 2 (17,2%): As ementas que compõem esta classe discutem a influência do estrato social e da raça na diversidade cultural e nas representações sociais, com foco na saúde e cidadania. Essas análises ampliam a compreensão dos/as estudantes sobre as desigualdades sociais e raciais e seus impactos na saúde e na participação cidadã. Cursos como Biotecnologia e Fisioterapia se destacam por uma forte correlação com essa abordagem ($p < 0,0257$), indicando uma ênfase curricular significativa na preparação dos/as graduandos/as para lidar com essas questões de maneira crítica e prática.

Por outro lado, no curso de Nutrição do campus de Vitória da Conquista, a abordagem desses temas é mais indireta ($p < 0,00928$). Embora relevantes, os tópicos relacionados ao estrato social e à raça são tratados dentro de um contexto mais amplo, provavelmente integrados em outras áreas, como saúde coletiva e práticas nutricionais.

Classe 3 (13,8%): As ementas oferecem uma visão abrangente das relações étnico-raciais e de gênero, destacando como esses marcadores sociais condicionam a saúde, particularmente no contexto das enfermidades. As discussões tam-

bém abrangem temas relacionados aos direitos humanos e à preservação ambiental, refletindo uma perspectiva holística da saúde que considera os fatores sociais e ambientais como determinantes críticos.

Nesse sentido, o curso de Enfermagem no campus de Vitória da Conquista se destaca por sua forte correlação com essa abordagem ($p < 0,0109$), evidenciando uma ênfase na integração desses temas no currículo. A predominância da abordagem direta ($p < 0,0991$) sugere que o curso não só introduz esses tópicos, mas também os explora em profundidade, incentivando uma análise crítica dos determinantes sociais da saúde e sua interconexão com os direitos humanos e a sustentabilidade ambiental.

Classe 4 (17,2%): Nessa categoria, as ementas investigam como as questões de gênero e raça compõem os aspectos sócio-políticos da saúde, os padrões epidemiológicos e a organização da assistência hospitalar. As discussões focam em como gênero e raça impactam o acesso aos serviços de saúde e as experiências de cuidado, refletindo uma preocupação com a compreensão dos fatores sociais que moldam a saúde e a prática de enfermagem.

O curso de Enfermagem no campus de Vitória da Conquista se destaca nessa categoria, com uma ênfase significativa nos aspectos de gênero ($p < 0,0374$). Essa ênfase sugere uma forte associação com a abordagem das questões de gênero e raça no currículo, indicando que o curso integra essas questões de forma proeminente na formação dos/as enfermeiros/as.

Classe 5 (17,2%): Nesta classe, as ementas analisam as interseções entre raça e gênero no contexto das demandas em saúde, cuidados ao longo da vida e estratégias de prevenção de doenças. O curso de Enfermagem no campus Salvador se destaca por uma abordagem direta dos três marcadores sociais ($p < 0,0175$), indicando uma associação significativa com essa perspectiva. Isso mostra que o currículo desse curso integra de maneira explícita as questões de raça e gênero nas discussões sobre saúde e prevenção, refletindo um compromisso com a formação de profissionais capacitados para entender e abordar as complexidades das demandas de saúde influenciadas por esses fatores sociais.

Classe 6 (20,7%): As ementas dessa classe tratam diretamente da interconexão entre os marcadores sociais de gênero, classe social e raça com temas como modernidade, epistemologia, pobreza e globalização. Os cursos de Ciências Biológicas ($p < 0,0038$), Fonoaudiologia ($p < 0,0463$) e Terapia Ocupacional ($p < 0,0463$)

se destacam por uma integração significativa desses temas nas ementas. Em particular, a disciplina “Introdução à Sociologia I” ($p < 0,0041$) demonstra uma forte associação com essa perspectiva, indicando que o currículo inclui uma análise detalhada e crítica das intersecções entre os marcadores sociais e as questões contemporâneas.

A análise das disciplinas evidenciou uma diversidade significativa de abordagens em relação aos marcadores sociais considerados, refletindo as diferentes ênfases e contextos dos cursos oferecidos. Tendo em vista essa variação significativa, ficou evidente que algumas ementas incorporam esses conteúdos diretamente, enquanto outras os abordam de forma indireta ou os omitem completamente. Essa discrepância pode refletir diferentes perspectivas pedagógicas e ideológicas dos/as responsáveis pela elaboração dos currículos²⁸. Nessa seara, Silva²⁹ destaca que os currículos têm o poder de legitimar e validar certos conhecimentos em detrimento de outros. Diante disso, apresentamos a seguir algumas das especificidades observadas entre os cursos.

No âmbito dos cursos de Ciências Biológicas, tanto nos períodos diurno e noturno no campus Salvador quanto no campus de Vitória da Conquista, há uma ênfase significativa na abordagem direta das questões de classe, demonstrando um compromisso com a análise crítica das desigualdades socioeconômicas. Em diversas disciplinas, os estudantes são expostos a discussões aprofundadas sobre como as desigualdades de classe afetam o acesso à educação, saúde e recursos naturais, além de influenciarem as oportunidades de avanço científico e tecnológico. Em contraste, os marcadores sociais de gênero e raça são tratados de maneira mais indireta, aparecendo de forma menos explícita em diferentes disciplinas.

No campus de Salvador, o curso de Enfermagem se destaca por uma abordagem abrangente e direta dos marcadores sociais de raça, gênero e classe, com diversas disciplinas explorando esses temas de maneira clara. Essa mesma abordagem é observada no campus de Vitória da Conquista, onde o currículo também reflete um compromisso com a análise crítica desses marcadores sociais. Entretanto, no curso de Fisioterapia, a questão da classe é tratada de maneira mais indireta. Disciplinas como Antropologia da Saúde e Introdução à Saúde Coletiva abordam aspectos relacionados à classe, mas de forma sutil. No curso de Fonoaudiologia, a disciplina Introdução à Sociologia I oferece uma

abordagem direta ao marcador social de raça, proporcionando aos/as alunos estudantes uma compreensão ampla das questões raciais. Em contrapartida, a disciplina Sociedade, Cultura e Saúde I aborda o mesmo marcador de forma mais indireta, integrando-o nas discussões sobre sociedade e saúde de maneira menos focalizada.

No curso de Biotecnologia em Salvador, a disciplina de Bioética aborda o marcador social de raça de maneira indireta, inserindo discussões sobre dilemas éticos que, embora relevantes, não exploram diretamente as implicações do racismo nas práticas científicas e na biotecnologia. Ainda no campus de Salvador, no curso de Gastronomia, a disciplina Estudos sobre a Contemporaneidade I aborda a questão da classe de maneira indireta, inserindo essa temática em um contexto mais amplo e menos focalizado. No curso de Medicina, as disciplinas Bioética e Ética Médica II, assim como Pediatria II, discutem os marcadores sociais de gênero e classe de forma indireta, abordando esses temas de maneira tangencial nas suas respectivas áreas de estudo.

No campus de Vitória da Conquista, o curso de Medicina apresenta uma abordagem mais direta em relação à classe por meio da disciplina GEAC (Grupos Populacionais e Enfrentamento das Iniquidades), que dedica um enfoque explícito à análise das desigualdades socioeconômicas e suas implicações para a saúde. No entanto, outras disciplinas do curso tratam dos marcadores sociais de raça e gênero de forma mais indireta, abordando esses temas de maneira dispersa ao longo do currículo.

Já no curso de Biotecnologia, do mesmo campus, a disciplina obrigatória de Cidadania e Políticas Públicas adota uma abordagem mais direta e estruturada sobre as questões de classe, analisando como as políticas públicas afetam desigualmente diferentes grupos sociais e como as desigualdades de classe estão enraizadas nas estruturas sociais e econômicas.

Em Nutrição (campus Salvador), a disciplina de Introdução à Sociologia se destaca por abordar de forma direta os marcadores sociais de gênero, classe e raça. Essa abordagem permite a ampliação da compreensão dos/as futuros/as profissionais de saúde sobre as complexas intersecções entre esses aspectos e suas influências na saúde da população. Por exemplo, ao discutir as disparidades de acesso aos alimentos e os padrões alimentares em diferentes grupos sociais, os/as estudantes graduandos/as são capacitados/as a reconhecer como fatores como gênero,

classe socioeconômica e raça influenciam condicionam as escolhas alimentares e, consequentemente, a saúde das comunidades.

Além disso, no mesmo curso, só que no campus de Vitória da Conquista, a disciplina de Relação Étnico-Racial oferece uma perspectiva particularmente significativa ao focar na raça e na classe. Essa abordagem foca em analisar as dinâmicas sociais e econômicas que permeiam as questões raciais na região. Ao passo que, compreendendo as relações entre classe social e raça, os/as estudantes podem examinar de maneira mais aprofundada como a desigualdade econômica se entrelaça com a discriminação racial, afetando o acesso a recursos e serviços de saúde.

No curso de Odontologia, a disciplina Ciências Sociais Aplicadas à Odontologia aborda o marcador social de gênero de maneira indireta, integrando o tema em um contexto mais geral sem aprofundar-se especificamente nas suas implicações para a prática odontológica. Já no curso de Saúde Coletiva no campus de Salvador, a disciplina Sociedade, Cultura e Saúde II oferece uma abordagem mais direta e abrangente dos marcadores sociais de gênero, classe e raça. Essa disciplina explora de forma detalhada como essas dimensões sociais influenciam as práticas de saúde e a experiência das populações, proporcionando aos/as estudantes universitários/as uma compreensão crítica e integrada das desigualdades sociais e suas implicações para a saúde coletiva.

Por fim, no contexto do curso de Terapia Ocupacional, no campus de Salvador, a disciplina Introdução à Sociologia I aborda de forma direta os marcadores sociais de gênero, classe e raça, proporcionando uma análise aprofundada dessas dimensões sociais. Todavia, a disciplina Terapia Ocupacional Social I trata do marcador social de raça de maneira mais indireta, inserindo-o em um contexto mais geral e menos detalhado.

Ao analisar como o marcador social da raça é abordado nas ementas e refletido em indicadores sociais como renda, emprego, educação e saúde, fica evidente que o processo formativo deve reconhecer as desigualdades enfrentadas pelo pertencimento racial das pessoas. Historicamente, a sociedade brasileira foi constituída tendo como raiz do racismo a estratificação e hierarquização das pessoas de acordo com a raça³⁰. O resultado disso reverbera até os dias atuais e pessoas negras ainda hoje frequentemente têm acesso limitado a oportunidades de emprego bem remuneradas e estão mais expostas

a ambientes poluídos e enfrentam barreiras no acesso a cuidados de saúde de qualidade. Portanto, compreender a complexidade do marcador racial é fundamental para combater o racismo em suas diversas formas, promovendo a luta por políticas de equidade e a desconstrução de estruturas opressoras³¹⁻³³.

Teorias críticas, como o marxismo e o feminismo, oferecem um arcabouço teórico fundamental para compreender questões relacionadas ao gênero e à classe, bem como as estruturas de poder e as relações sociais. Esse entendimento capacita os/as profissionais a identificar e enfrentar as desigualdades no campo da saúde³³. Além disso, a interseccionalidade desempenha um papel fundamental na formação profissional, proporcionando uma perspectiva abrangente sobre as interações entre raça, gênero, classe e outras identidades, e como essas interações moldam as experiências de saúde³⁴.

Nesse sentido, a adoção de metodologias variadas, como a etnografia e a análise crítica, é fundamental para explorar a complexidade das experiências associadas aos marcadores sociais. Essa diversidade metodológica aprofunda a compreensão das dinâmicas sociais e capacita os/as profissionais a enfrentar de maneira mais eficaz as realidades das populações que atendem³⁵.

Portanto, como a educação desempenha um papel fundamental na perpetuação ou transformação das estruturas de poder existentes, a inclusão de conteúdos sobre gênero, raça e classe nos currículos acadêmicos é indispensável para formar profissionais mais conscientes e sensíveis às disparidades sociais que afetam a prática clínica e a prestação de serviços de saúde³⁶. Assim, os currículos devem oferecer aos/as universitários/as uma visão crítica das relações sociais e das desigualdades que permeiam o campo da saúde, preparando-os/as para enfrentar as complexas demandas da prática clínica contemporânea e reconhecer as desigualdades estruturais que determinam o acesso e os resultados de saúde das populações marginalizadas.

Considerações finais

A maioria dos cursos de saúde na UFBA ainda não inseriu em seus currículos a discussão dos principais marcadores sociais de forma direta, ou mesmo indireta, apenas alguns já enfrentam diferencialmente discussões que os problematizam como constituintes para a compreensão da saúde. Foi possível identificar, na análise textual

de tais ementas, uma diversidade de termos e conceitos associados aos marcadores sociais de gênero, raça e classe, que já corresponde às exigências das Resoluções, citadas na introdução, como uma política de orientação imprescindível na formação universitária para superação das desigualdades e iniquidades no campo da saúde.

É notória que a profundidade e a abrangência com que esses temas são abordados podem variar entre os cursos, sugerindo a necessidade de uma maior atenção à inclusão de conteúdos críticos e reflexivos nos currículos acadêmicos, a partir da revisão criteriosa e urgente das matrizes curriculares. Destarte, para incluir essa discussão nos currículos é preciso considerar não apenas suas manifestações individuais, mas também suas interconexões e impactos sistêmicos. Isso significa que uma abordagem holística e inclusiva deve levar em conta não apenas um único marcador social, mas sim a interação complexa de vários deles em contextos especí-

ficos, cuja adoção da noção de interseccionalidade utilizada na análise pode favorecer. É necessário que a formação deva estar voltada para a construção da compreensão crítica acerca das complexidades que permeiam as desigualdades sociais e para as identidades culturais na sociedade contemporânea. Nesta direção, os resultados sugerem revisão criteriosa e urgente das matrizes curriculares.

As limitações deste estudo estão relacionadas, portanto, à natureza documental da pesquisa, uma vez que é sabido a existência dos “currículos ocultos” e outras expressões da formação universitária, no tripé ensino-pesquisa e extensão, que não se revelam nesse tipo de análise documental de ementas. Nesta direção, é necessário investigar também os posicionamentos dos/as estudantes e professores/as que fazem parte da instituição de ensino superior acerca da presença ou não destes marcadores na formação acadêmica.

Colaboradores

RPS Araújo ficou responsável pela coleta de dados, análise e escrita do artigo. VBC Passos analisou os dados e contribuiu com a escrita do artigo. RM Veras coordenou o processo de pesquisa, analisou os dados e fez a escrita e revisão final do artigo. ML Jesus, MG Vargas e CG Permisán participaram da etapa de análise de dados e revisão final do artigo.

Referências

1. Werneck J. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saude Soc* 2016; 25(3):535-549.
2. Barata RB. *Como e porque as desigualdades fazem mal a saúde?* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2009.
3. Silvério VR. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. *Cad Pesqui* 2002; 117:219-246.
4. Williams DR. Race and health: Basic questions, emerging directions. *Annals Epidemiol* 1997; 7(5):322-333.
5. Loureiro M, Rozenfeld S. Epidemiologia de interações por doença falciforme no Brasil. *Rev Saude Publica* 2005; 39(6):943-952.
6. Krenak A. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras; 2020.
7. Mbembe A, Martins LPL. Pesar as vidas. *Ágora (Rio J)* 2023; 26:1-4.
8. Sacristán JG. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed; 2000.
9. Gomes NL. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Curríc Front* 2012; 12(1):98-109.
10. Hanne AV, Mainardi AI. Reflexiones sobre la inclusión de grupos en situación de vulnerabilidad en la educación superior: El dispositivo tutorial: un espacio en construcción. *Rev Docencia Univ* 2013; 11(2):172-192.
11. Gairín J, Suarez C. Inclusión y grupos en situación de vulnerabilidad: orientaciones para repensar el rol de las universidades. *Sinectica* 2016; 46:1-15.
12. Peters MA. Why is my curriculum white? A brief genealogy of resistance. In: Arday J, Mirza H, editors. *Dismantling race in higher education*. London: Palgrave MacMillan; 2018. p. 253-270.
13. Goenechea C, Gallego-Noche MB, Amores-Fernández FJ, Gómez-Ruiz MA. Voces del alumnado gitano sobre su experiencia en la universidad. *Profesorado* 2020; 24(2):462-482.
14. Brasil. Lei nº 12.228, de 13 de abril de 2010. Institui como função do Poder Executivo Federal o incentivo às instituições de ensino superior a incorporar temas como pluralidade étnica e cultural da sociedade brasileira nos currículos dos cursos de educação superior. *Diário Oficial da União* 2010; 14 abr.
15. Akotirene C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Editora Jandaíra; 2020.
16. Romero Bachiller C, Montenegro M. Políticas públicas para la gestión de la diversidad sexual y de género: Un análisis interseccional. *Psicoperspectivas* 2018; 17(1):1-14.
17. Pimentel A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cad Pesqui* 2001; 114:179-195.
18. Kripka RML, Scheller M, Bonotto D. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. *Investig Qual Educ* 2015; 2:243-247.
19. Sousa AS, Oliveira GS, Alves LH. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. *Cad FUCAMP* 2021; 20(43):64-83.
20. Minayo C. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes; 2001.
21. Gil AC. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas; 2008.
22. Beuren IM. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas; 2006.
23. Salvati M. *Manual do Aplicativo Iramuteq (versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3): compilação, organização e notas*. Brasília: Planaltina; 2017.
24. Camargo BV, Justo AM. Iramuteq: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas Psicol* 2013; 21(2):513-518.
25. Scott JW. Review of The New Feminist Criticism: Essays on Women, Literature and Theory. *Hist Workshop* 1986; 22:189-192.
26. Hall S. Cultural studies: two paradigms. *Media Cult Soc* 1980; 2(1):57-72.
27. Weber FP. Right-sided hemi-hypotrophy resulting from right-sided congenital spastic hemiplegia, with a morbid condition of the left side of the brain, revealed by radiograms. *J Neurol Psychopathol* 1922; 3(10):134-139.
28. Freire P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1977.
29. Silva TT. Currículo e identidade social. In: Silva TT. *Alienígenas na sala de aula: Uma introdução aos estudos culturais da educação*. Petrópolis: Vozes; 1995.
30. Almeida S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Editora Jandaíra; 2020.
31. Lima F. Raça, Interseccionalidade e Violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas. *Cad Gen Divers* 2018; 4(2):66-82.
32. Oliveira TG. Qual a classe, a cor e o gênero da justiça? Reflexões sobre as (im)possibilidades de combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres negras pelo poder judiciário brasileiro. *Mediações Rev Cien Soc* 2016; 21(1):103-123.
33. Garcia D. Violência contra a mulher negra no Brasil: ponderações desde uma criminologia interseccional. *Rev Bras Sociol Dir* 2020; 7(2):97-120.
34. França T. Mulheres, Imigrantes e Acadêmicas: Teorias da Interseccionalidade para Pensar a Mobilidade Científica. *Rev TOMO* 2016; 28:203-240.
35. Ivenicki A. Currículo e formação docente multicultural em tempos (pós)-pandêmicos. *Rev Espa Curríc* 2023; 16(1):1-9.
36. Bourdieu P. Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste. In: Grusky DB, Szelenyi S. *Inequality: Classic Readings in Race, Class and Gender*. New York: Routledge; 1984.

Artigo apresentado em 06/01/2025

Aprovado em 10/02/2025

Versão final apresentada em 12/02/2025

Editores-chefes: Maria Cecília de Souza Minayo, Romeu Gomes, Antônio Augusto Moura da Silva